



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ACTA N.º 6/09 SESSÃO ORDINÁRIA 29-04-2009

Sessão realizada na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Sines. -----

Início – 21:00 h -----

PRESENCAS: -----

PRESIDÊNCIA: Francisco Maria Pereira do Ó Pacheco (C.D.U.) -----

1º Secretário: Carlos Alberto do Carmo C. Espadinha (C.D.U.) -----

2º Secretário: José Eduardo Félix da Costa (C.D.U.) -----

Idalino Sabido José (P.S.) -----

Fernando Miguel Ramos(PS) -----

José Arcanjo Ferreira Costa (C.D.U.) -----

Francisco Pereira Venturinha (PPD/PSD) -----

Hélder Alexandre Gil Guerreiro (C.D.U.) -----

Paula Luísa Macedo Augusto Pereira (P.S.) (Substituição) -----

João Manuel Mexa (CDU) -----

Acácio Dionísio dos Santos (Independente) -----

Manuel Maria Dias Lampreia (P.S.) -----

Helena Margarida R.C. Sales (C.D.U.) -----

João Francisco Batista Craveira da Silva (P.S.) -----

Carlos Alberto Guerreiro Murta (C.D.U.) -----

Micael Alexandre da Silva Raposo (PPD/PSD) -----

Fernanda Maria da Silva Duarte Moura (C.D.U.) -----

Sidónio Francisco Rosa Salgado (P.S.) -----

João Manuel Damas (CDU) -----

Martinho José Fráguas Pinho (C.D.U.) -----

Carlos Manuel Jesus Salvador (P.S.) -----

Rui Manuel Fernando Penas (C.D.U.) (Substituição) -----

José Manuel Guerreiro Arsénio (P.S.) -----

FALTAS : -----

Susana Cristina Nogueira da Silva (P.S.) -----

António Gonçalves Correia (C.D.U.) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

29-04-09

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINES: -----

Presidente: Manuel Coelho Carvalho -----

Vereadora: Marisa Filipa Santos Rodrigues dos Santos -----

Vereadora: Carmem Isabel Amador Francisco -----

Vereador: António José Nogueira de Almeida -----

Vereador: Carlos Alberto da Silva -----

Vereador: Nuno José Gonçalves Mascarenhas -----

Vereador: Albino Manuel André Roque -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Foi dado conhecimento através da Mesa da Assembleia Municipal das seguintes substituições -----

A Senhora Susana Cristina Nogueira da Silva, nos termos da Lei 5-A/2002 pediu a sua substituição para a sessão de 29-04-2009, sendo substituída pela Senhora Paula Luísa Macedo Augusto Pereira. -----

O Senhor António Gonçalves Correia, nos termos da Lei 5-A/2002 pediu a sua substituição para a sessão de 29-04-2009, sendo substituído pelo Senhor Rui Manuel Fernandes Penas. -----

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1. Apreciação da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do nº. 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, republicada pela Lei nº. 5 – A/2002 de 11 de Janeiro; -----

2. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas – Conta de Gerência e respectivo Relatório de Actividades da Câmara Municipal de Sines, referentes ao ano de 2008, assim como a apreciação do Balanço Social relativo a 2008, nos termos do nº 2 do artº. 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro na redacção que lhe foi conferida pela lei nº. 5 – A/2002 de 11 de Janeiro; -----

3. Plano de Pormenor da Cova do Lago (Recomendação); -----

4. Apreciação do Inventário da Câmara Municipal de Sines, de todos os bens e obrigações patrimoniais; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária
29-04-09

5. Apreciação e votação da eventual saída do Município de Sines da AMBAAL e da AMRS, de acordo com o novo regime jurídico do associativismo municipal – Lei Nº. 45/2008 de 27 de Agosto; -----

6. Eleição dos Membros da Assembleia Municipal de Sines à Assembleia Intermunicipal da C.I.M.A.L. – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral; -----

7. Apreciação do Relatório da Comissão Especializada do Ambiente e Ordenamento do Território, sobre a contaminação da água subterrânea de Sines e eventual expansão às captações municipais de Monte Feio; -----

8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Sines, referente à alteração ao Mapa de Pessoal de 2009; -----

9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, sobre a alteração da operação de loteamento municipal “Bairro Amílcar Cabral” – Desafecção do Domínio Público Municipal. -----

Actas: -----

Presentes as actas nº. 10/08, de 30 de Setembro, nº. 12/08 de 20 de Novembro e nº. 03/09 de 09 de Março, as quais foram aprovadas condicionadas a eventuais correcções. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a oportunidade aos munícipes presentes e deputados municipais para usarem da palavra, tendo se registado as seguintes inscrições:

Senhor Manuel Lança, interveio referindo mais uma vez a falta de lajetas junto ao nº. 14 do Bairro Soeiro Pereira Gomes e ainda relativo a este Bairro faz uma chamada de atenção para as químicas que o pessoal do sector dos jardins coloca para eliminar as ervas junto a locais onde as crianças costumam brincar e à falta de arranjos exteriores nalgumas zonas, que ficaram esquecidas quando foi realizada a empreitada geral. Refere que na Rua da Floresta existem também zonas que não têm arranjos exteriores há mais de 30 anos. -----

Focou também o mau estado da rua principal, na Zil II, frente às instalações da Sinestecnopolo, assim como o desleixo em que se encontra a zona envolvente dos Paços do Concelho, nomeadamente os muros, por pintar, assim como o estado de degradação do quintal que segundo ele se encontra num estado vergonhoso. -----

Salientou a falta de segurança na construção dos edifícios, colocando os transeuntes muitas vezes em perigo. Focou a falta de sinalização na zona história, assim como as rupturas de água.

Solicita que o tapume existente na subida da praia seja retirado, o mais breve possível. Termina fazendo uma crítica, sobre a não existência de uma máquina de refrigeração de água para servir os funcionários da Câmara Municipal e munícipes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária
29-04-09

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informa que a Comissão Permanente, achou por bem colocar, no Período de Antes da Ordem do Dia, o Cumprimento das Resoluções da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em Porto Covo, em 09.03.09, no intuito de saber se existe evolução, relativamente às mesmas, assim como as obras de expansão do Terminal XXI e suas consequências na vida marinha a sul, uma vez que a maior parte do ecossistema existente entre Valmarim e os molhes da E.D.P., em S. Torpes, estão a ser aterrados, por consequência das obras da construção da expansão do terminal XXI. -----

Senhor Deputado João Damas, apresentou em nome da Bancada da C.D.U., uma Moção que irá ficar apensa à acta e a qual passamos a transcrever: "Aproxima-se mais um 1º. de Maio, Dia do Trabalhador. Em Sines, terra com fortes tradições de lutas operárias fazemos hoje a sua evocação e de todos aqueles activistas que deram o melhor de si pelo avanço progressista da História e nos lembram que a sua resistência à opressão e a luta por melhores condições de vida, continua a ser um acto inteiro e imprescindível. -----

Vivemos tempos difíceis, o sistema capitalista enfrenta porventura a maior crise de sempre e como uma besta acoçada no seu reduto cada vez mais exíguo vai-se debatendo, esperneando e investindo às cegas. -----

A vaga de desemprego e miséria que varre o País é culpa de um modelo de desenvolvimento ultrapassado e caduco que este governo na senda dos que o antecederam apoia e incentiva. Se por um lado, os trabalhadores são empurrados para o desemprego, por outro, assistimos à injeção de milhões e mais milhões nos grandes grupos económicos, com especial incidência na banca, que coitados estão a sofrer reduções nos seus lucros fabulosos, não podendo com isso garantir os principescos ordenados dos seus gestores. -----

Neste quadro o Governo Português desdobra-se em iniciativas para estimular a confiança dos investidores e muitas outras com santos objectivos, porém, todos sentimos que este, como todos os que antecederam nos 35 anos da nossa democracia, mais não fizeram do que contribuir para a destruição do aparelho produtivo do país em troca de um punhado de moedas, esquecendo quem trabalha. Privatizaram e continuam a privatizar os sectores estratégicos da economia, a saúde a educação, a segurança social. Aprovaram códigos laborais para precarizar mais as relações de trabalho e fazer pende-las sempre mais para o lado do patrão subjungando cada vez mais quem trabalha. -----

A realidade desvenda a situação de calamidade a que estas políticas nos conduziram e é a própria realidade que exige uma mudança efectiva no rumo do país e do mundo e não apenas de alguma coisa para que tudo o resto fique na mesma como pretende o Governo PS/Sócrates. -----

O primeiro de Maio será mais um dia de festa e luta contra a exploração, contra a opressão honrando os corticeiros, os pescadores e o Povo de Sines que em boa hora lutou e lutará. A memória dá-nos essencialmente o sentimento do que somos e por isso recordamos, sem esquecer aqueles que também hoje lutam em condições difíceis por um objectivo sempre conseguido e sempre distante: a melhoria de condições de vida. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária
29-04-09

Honra seja feita aos trabalhadores e aos delegados e dirigentes sindicais que apesar de tudo resistem, e resistir... é já vencer. -----

É pois com o sentimento, que sim é possível, uma sociedade mais justa e mais humana, que a bancada da CDU saúda os trabalhadores e as suas organizações representativas, apelando à participação de todos nas comemorações do 1º. De Maio que irão ocorrer no nosso concelho. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões apresentadas. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente às questões apresentadas pelo Senhor Manuel Lança, referiu que tem havido algumas intervenções na via pública por via da instalação das redes de gás, que considera bom para a cidade, contudo raramente as obras são devidamente programadas e bem concluídas e que o Senhor Vereador responsável pelo pelouro irá verificar o que se passa. -----

Sobre os herbáceos salienta que os mesmos deveriam estar cortados. Relativamente à Zil II, salienta que a Câmara Municipal fez uma intervenção extraordinária, no montante de cerca de 600 mil contos, tendo na altura resolvido os pavimentos e os arranjos exteriores. Salienta que a rua principal, não foi intervencionada nessa altura, porque existia uma intervenção co-financiada. O objectivo para aquela rua é fazer uma intervenção que custará mais de um milhão de euros, quer para o pavimento, quer para os arranjos exteriores dessa mesma rua. -----

Sobre a questão da envolvente dos paços do concelho, refere que os projectos estão concluídos para o quintal e para o estacionamento frente ao edifício da Câmara e que o lançamento do concurso para as obras está assinado, pelo que espera que sejam concluídas num horizonte de cerca de três meses. -----

Sobre o tapume, explica que houve um desmoronamento de terras num terreno privado, tendo sido acordado com o proprietário que este construiria um muro de suporte, o que ainda não se verificou, mas já o deveria ter feito. -----

Relativamente à segurança nas obras, refere que felizmente não se tem verificado acidentes graves, porém esse facto, não serve de justificação para que a segurança seja descuidada. A fiscalização e o sector de segurança deverão impor aos construtores a utilização de vedações apropriadas. -----

Sobre a questão da chamada deliberação da célebre Assembleia Municipal do dia 09 de Março, refere que a mesma irá ficar para a história. Salienta que a Câmara Municipal, em reunião de 28 de Abril, deliberou não reconhecer competência legal à Assembleia Municipal, para impor à Câmara Municipal, ou ao seu Presidente tais deliberações, uma vez que as mesmas não têm fundamento de facto e de direito. Refere que o Sr. Presidente da Assembleia induziu os Senhores Deputados a tomarem decisões ilegais, o que considera grave, porque estes devem saber quais são os limites da sua actuação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

29-04-09

Frisa que são actos nulos, considerando um acto de afrontamento à Câmara Municipal, por parte da Assembleia Municipal, promovida pelo seu Presidente que tinha uma proposta, tendo sido depois corrigida pelo Partido Socialista e que espantosamente diz que: "reconhece a legítima propriedade das instalações ao Clube" e "que o Clube Desportivo e Recreativo de Porto Covo impunha à Câmara Municipal que não muda de instalações enquanto esta não construir outras". Refere que esta posição vem no alinhamento da posição do Senhor Presidente do clube, que em resposta à proposta de um protocolo da Câmara Municipal, deu como resposta o seguinte: "aqueles 15 mil metros quadrados que lá estão é propriedade do Clube Desportivo e que está disposto a sair quando a Câmara Municipal fizer outras instalações que sejam igualmente sua propriedade". -----

Explica que o Clube foi ainda mais longe ao interpor um procedimento judicial evocando o uso capeão para conseguir uma propriedade num terreno que é do domínio público municipal. Salaria que está em causa o desenvolvimento do Porto Covo, que o executivo presente desbloqueou e negociou com o promotor para se construírem unidades hoteleiras, um campo de jogos no jardim e campos de ténis, pelo que não poderá ser a direcção de um clube a impedir isso. -----

A Direcção do Clube com esta posição fez querer que o executivo estava contra Porto Covo, o que é completamente falso e lançou no jornal "O Correio da Manhã" de 23 de Março, o seguinte: "De acordo com a Direcção do Clube a autarquia terá assumido o compromisso com um empreiteiro para a construção de um resort de 5 estrelas, no local onde está implantado o terreno do clube no Centro da Aldeia. -----

Considera tudo isto espantoso, uma vez que decorreu um longo processo de elaboração e discussão pública do Plano de Urbanização de Porto Covo e nunca ninguém colocou a questão da posse do terreno, ou contestou o destino do terreno para um espaço verde de lazer e de desporto. Assim sendo a Câmara Municipal considera um abuso de poder por parte da Assembleia Municipal estas deliberações, pelo que não pode no exercício do seu poder legítimo e naquilo que lhe está incumbido que é a defesa do interesse público e o bem comum, alinhar nessas posições. -----

Refere que a Câmara Municipal continua empenhada na resolução do problema e que irá construir um pavilhão multiusos com condições para a realização de todas as modalidades desportivas e festas, tendo o Clube acesso gratuito sempre que necessite. Salaria ainda que tudo fará para a construção a curto prazo de um campo de futebol de 11. -----

Relativamente ao terminal XXI, refere que tem conhecimento do arranque das obras para a segunda fase da obra e que tem procurado informações sobre o movimento de terras. Salaria que a obra em questão insere-se no âmbito do processo do estudo do projecto que foi feito em 1999 e do estudo do impacto ambiental dessa época. Posteriormente em 2008 existiu um estudo de incidência ambiental, o qual foi aprovado pelo Ministério do Ambiente. Crê que a obra é da responsabilidade da PSA, tendo a APS – Administração do Porto de Sines encomendado à Universidade de Évora, um estudo de monitorização contínua sobre o sistema oceânico do Porto, o qual está decorrer. Não defende, nem ataca as obras, contudo considera que as mesmas são necessárias e importantes para a expansão do Terminal XXI. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária
29-04-09

Salienta que tanto a Assembleia Municipal como a Câmara Municipal devem solicitar esclarecimentos, cabendo à Câmara Municipal fazer o devido acompanhamento. -----

Senhor Deputado Ferreira Costa, refere que o resultado da Assembleia Municipal, realizada em Porto Covo o deixou perturbado e desgostoso, pelo que pretende apresentar à Assembleia Municipal uma Declaração a título individual, porque está desvinculado do Partido Comunista Português, passando de imediato à leitura da mesma, que irá ficar apenas à acta e passa-se a transcrever na íntegra: "Os mais idosos sabem que desde 1974/75/76, onde o primado daquilo que era o sentimento social, moral e ético se sobrepunha às leis e aos regulamentos. Mais tarde passou-se a ter uma nacionalidade (?) democrática, evoluída, onde os regulamentos se impõem às vontades pessoais. A lei deve ser um aliado daquilo que é bom para a sociedade onde estamos integrados. -----

A Mesa da Assembleia Municipal, o Presidente da Mesa e a Assembleia Municipal, não se refugiam no seu regimento, no seu regulamento e nas leis para justificar a sua actuação, fazem-no porque a tanto são democraticamente obrigados". -----

Acabei de citar declarações do Sr. Presidente da Assembleia Municipal a propósito da minha declaração de voto sobre a não atribuição da Medalha de Mérito Municipal ao ATL, como se pode verificar da acta da reunião de 20.11.08, que foi presente a esta Assembleia para aprovação. -----

Ora, no caso que estamos a apreciar e no que respeita, tanto à forma como dirigiu os trabalhos, como às propostas apresentadas na Assembleia Municipal realizada em Porto Covo, dia 09 de Março de 2009, quando ainda não tinham passado sequer três meses sobre a data anterior, até parece que mudamos de Presidente da Assembleia Municipal! ---

Senão vejamos: -----

1. Convoca uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal para: "apreciação e discussão da situação do Clube Desportivo e Recreativo de Porto Covo, face ao despacho de 09 de Fevereiro de 2009, do Presidente da Câmara Municipal de Sines", sem previamente ter a preocupação de ouvir a posição e argumentos da Câmara Municipal, como a lealdade entre órgãos e o dever de colaboração exigiam. -----
2. Dirige os trabalhos de uma forma, que posso designar de "populista", objectivamente procurando desde logo posicionar-se num alinhamento com os Dirigentes do clube e de afrontamento à Câmara Municipal, particularmente ao seu Presidente. -----
3. Apresenta para deliberação da Assembleia Municipal, uma proposta sem base legal de sustentação, também objectivamente dirigida contra a C.M.S. e o seu Presidente, dado que tinha como objectivo anular um despacho do Presidente da Câmara. -----

Ora, quanto a mim o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por toda a sua experiência como Autarca, particularmente pela sua longa carreira como Presidente da Câmara, que acompanhei e apoiei, e seguindo aliás as directivas que referiu na reunião de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

29-04-09

20.11.2008, deveria ter uma posição mais consentânea com as leis, particularmente as que regem os poderes da Administração Pública, assim como a defesa do interesse público. ----

Parece-me que não o teve, sobretudo na apresentação da proposta que apresentou para discussão e aprovação na referida Assembleia de Porto Covo. Logo, porque apresenta para aprovação uma proposta de deliberação, induzindo todos os Deputados Municipais da sua legalidade e logo da sua competência em aprová-la, mas também porque querendo ir de encontro ao que os Dirigentes do Clube Desportivo e os Múnicipes de Porto Covo presentes pretendiam, convencendo-os também de que a Assembleia Municipal ao aprovar aquela deliberação iria obrigar a Câmara a suspendê-la. -----

Mas também, e quanto a mim, mais grave ainda, é sua posição de concordar e defender que a CMS deve reconhecer a propriedade dos terrenos ao Clube, sem cuidar do interesse público, pois sendo estes terrenos do domínio Municipal, sabe que nem a Câmara, nem a Assembleia Municipal, alguma vez deliberaram nesse sentido. -----

Também não deveria ter proposto a realização de uma reunião entre o Clube e a Câmara, sabendo antes, que o Clube tinha intentado uma acção contra a mesma, pelo que, logicamente, não deveria realizar-se qualquer reunião nessa situação. -----

Constato assim que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, utiliza dois pesos e duas medidas para interpretar a Lei. Um, de rigor e respeito pela mesma, quando pretende recusar aprovação a propostas da Câmara Municipal (vide caso do ATL); outra, mais populista (como se estivesse em 1974/75 - utilizando as suas palavras) para fazer aprovar posições contra deliberações da mesma Câmara e contrárias à lei. -----

Constato também que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal manteve uma posição de apoio à CMS, nomeadamente na defesa e aprovação do PU de Porto Covo em vigor e que a partir de Fevereiro de 2009 mudou de posição e actuação, colocando-se contra a Câmara e ao lado de quem parece querer apenas usurpar património do Município. -----

Francamente Sr. Presidente e Srs. Deputados, pensava que já não iria assistir a comportamentos destes. -----

A posição recente em lados opostos no campo eleitoral, não justifica, violação das leis, nem iniciativas populistas, talvez com objectivos eleitorais que o Sr. Presidente da Assembleia vem assumindo, com especial destaque para esta, que justificou a minha intervenção. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à questão de Porto Covo, refere que os Senhores Deputados, não conhecem o documento aprovado, ontem, dia 28 de Abril, pela Câmara Municipal, porque só hoje chegou ao conhecimento da Assembleia Municipal. Passa a explicar que foi dado conhecimento pelo Senhor Presidente da Câmara, que não irá cumprir as deliberações da Assembleia Municipal de Porto Covo, porque considera que do ponto de vista jurídico a proposta de resolução da Assembleia Municipal é ilegal. Entende ainda que a segunda deliberação e que dizia respeito à realização de uma reunião conjunta entre o Clube Desportivo e a Câmara Municipal, proposta pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

29-04-09

Partido Socialista e aprovada, por unanimidade pela Assembleia Municipal, não deve ter lugar, porque não se justifica. -----

Ainda sobre a questão do Clube Desportivo de Porto Covo, refere que fica pasmado quando alguém pode considerar que os Senhores Deputados são manipulados pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. No seu entender trata-se de uma afronta à inteligência de todos os deputados municipais.

Finaliza referindo que não será necessário mais discussão sobre a questão, porque ela irá ser discutida mais tarde, quando os senhores deputados tiverem conhecimento dos pressupostos jurídicos e políticos que estão subjacentes à intervenção do Senhor Presidente da Câmara e à Declaração do Senhor Deputado Ferreira Costa. Posteriormente irão pronunciar-se e tomar uma decisão relativamente à matéria. -----

Senhor Deputado Sidónio Salgado, refere que a intervenção do Senhor Manuel Lança reflecte a má gestão da Câmara Municipal ao longo do mandato. Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, salienta que não concorda quando este diz que não há acidentes nas obras. Salienta que há pouco tempo ocorreu um acidente muito grave na Rua Marquês de Pombal, aquando da demolição do edifício onde funcionava a Móbil, onde por falta de segurança uma viga caiu em cima de um trabalhador deixando-o gravemente ferido. -----

Sobre a aplicação de herbicidas na via pública, considera ser um procedimento criminoso, uma vez que coloca em risco a segurança das pessoas, sobretudo das crianças. Relativamente à questão de Porto Covo, refere que quando existe um litígio a culpa é sempre das duas partes envolvidas. Explica que a intenção da reunião proposta na reunião em Porto Covo era para as partes dialogarem, no sentido de chegarem a um acordo. Considera que nos 35 anos de democracia em Portugal, irá ficar para a história, uma Câmara Municipal instaurar um processo contra uma colectividade e despejá-la das suas instalações. -----

Senhor Deputado João Mexa, intervém criticando a forma como o Senhor Presidente da Câmara se dirige à Assembleia Municipal. Refere que os deputados foram eleitos e estão ali por direito próprio, por conseguinte não devem ser ofendidos, quando não comungam das mesmas ideias do Senhor Presidente da Câmara. -----

Senhor Deputado Idalino José, Relativamente à Moção, apresentada pela C.D.U., considera que a mesma utiliza o 1º. De Maio, Dia dos Trabalhadores para fazer um combate ao Governo Socialista, pelo que a bancada do P.S. irá votar contra a mesma. -----

Salienta que tem plena noção que o momento que se vive é difícil para o País e para o Mundo. Afirma que tem consciência que a situação foi provocada por uma política neo-liberal que sempre combateram e continuam a combater e é nesse sentido que o Partido Socialista saúda todos os trabalhadores de Sines, acreditando que devido ao esforço e à vontade política para captar investimentos privados, complementado com algumas reformas na área social é possível minimizar o desemprego na região de Sines. Salienta que não basta dizer que está mal, mas sim actuar e essa actuação passará pela criação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

29-04-09

postos de trabalho de modo a minimizar o desemprego. Salienta que é neste âmbito que o Partido Socialista se revê nas comemorações do Dia do Trabalhador. -----

Senhor Deputado Fernando Ramos, refere que também não se revê nessa demagogia. Afirma que é favorável ao investimento público, não compreendendo que uma força política como o P.C.P., que também se diz a favor do investimento, numa reunião da Assembleia Municipal realizada em Porto Covo, o Sr. Vereador Albino Roque com competência para o efeito aquando da questão do IMI, afirmou que não fazia sentido baixar o imposto, tendo sido aplicada a taxa máxima com a conivência da Câmara Municipal, alheando-se à crise económica instalada. -----

Refere que o Partido Comunista quando deveria ter tomado medidas anti-crise, protegendo e ajudando os munícipes não o fez e agora ressabiado com tudo o que se tem passado vem fazer este tipo de demagogia. Finaliza afirmando que o Partido Socialista não pactua com estas situações, porque não existe coerência política, mas sim pura demagogia. -----

Senhora Deputada Helena Sales, relativamente à Moção, afirma que irá votar favoravelmente, porque concorda com o seu teor. Sobre a questão do Clube Desportivo e Recreativo de Porto Covo, refere que a Assembleia Municipal rege-se por um regimento, porém existem leis acima dele, pelo que todos os Deputados deverão ter conhecimento disso, para não irem além das suas competências. -----

Senhor Deputado Micael Raposo, relativamente à Moção considera que o texto da mesma é completamente utópico e desenquadrado da realidade, pelo que irá votar contra.

Senhor Deputado Acácio Santos, relativamente à Moção, considera que trabalhadores são todos os trabalhadores em geral, independentemente das suas actividades. De uma maneira geral concorda com quase todo o texto, contudo retiraria o quinto parágrafo. -----

Senhor Deputado Hélder Guerreiro, Sobre a Moção, refere que quem elegeu os trabalhadores como inimigos foi o governo. Prossegue afirmando que não se trata de incoerência, mas sim coerência em defesa dos direitos dos trabalhadores. Salienta que foi sempre o Partido Comunista que trouxe os trabalhadores à Assembleia Municipal, através de Moções. Questiona onde está a Moção do Partido Socialista, sobre os trabalhadores? --

Finaliza referindo que não existem incongruências na moção, esta apenas é o espelho da realidade negra em que se encontra o País, por culpa de quem o governa. -----

Senhor Deputado Manuel Lampreia, intervém referindo que a Bancada do Partido Socialista irá votar contra este tipo de Moção, tal como se apresenta. Esclarece que não estão contra os trabalhadores, nem contra as suas reivindicações. Termina fazendo um Viva ao 1º. de Maio. -----

Senhor Deputado Idalino José, refere que na sua intervenção anterior já explicou que irá votar contra, mas se existisse alguma dúvida ela dissipar-se-ia com a intervenção do Senhor Deputado Hélder Guerreiro que aproveitou a mesma para mais uma vez combater o Governo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

29-04-09

Senhor Deputado João Damas, Salaria que o Partido Socialista nas suas intervenções foi muito claro na posição contra os trabalhadores. Relativamente à demagogia, refere que antes das eleições alguém falou na criação de 125 mil postos de trabalho, contudo nada se veio a verificar, pelo contrário reduziram. Relativamente ao Código de Trabalho refere que o Partido Socialista criticou a actuação do P.S.D./CDS, contudo quando foi governo ainda o agravou mais. Finaliza salientando que a posição do P.S., relativamente à Moção clarifica perante os trabalhadores quem efectivamente está e estará sempre com os trabalhadores.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta da Moção, apresentada pela bancada da Coligação Democrática Unitária à votação, tendo sido a mesma aprovada com maioria, com o seguinte resultado: -----

C.D.U. – Doze votos a favor. -----

P.S. – Oito votos contra. -----

P.S.D. – Dois votos contra. -----

Deputado Independente: Uma Abstenção. -----

Ordem de Trabalhos: -----

Ponto 1. Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do nº. 1 do artº. 53 da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, republicada pela Lei nº. 5 – A/2002 de 11 de Janeiro. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, procedeu à explicação do ponto número um da Ordem de Trabalhos, que corresponde ao período de 24 de Fevereiro a 24 de Abril, destacando os pontos relevantes, nomeadamente: -----

Reunião do Presidente da Câmara e da Vereadora do Ambiente com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, para apresentação e resolução de questões do ambiente em Sines, realizada no dia dez de Março. -----

Organização do Seminário "O FAME – Fundo de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas de Sines", com a disponibilização de um fundo às empresas. -----

Assinatura do contrato de financiamento do projecto "SAMA – Implementação do Sistema de Gestão Documental", no montante de cerca de noventa e oito mil euros. -----

Visita do Senhor Secretário de Estado da Justiça e instalação do Tribunal de Família em Sines. -----

Reunião do Senhor Presidente da Câmara com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, para resolver os problemas do troço do IP-8, transformando-o em avenida. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

29-04-09

Aprovação, por unanimidade da atribuição de cinquenta bolsas de estudo a estudantes de Sines a frequentar o ensino superior, no montante de cinquenta mil euros. -----

Apresentação da candidatura ao programa de Regeneração Urbana, no montante de cerca de dez milhões de euros. -----

Conclusão das obras do centro de convívio para idosos no Bairro Marítimo. -----

Assinatura de protocolo com o Teatro Contra-Regra, no montante de cerca de cinquenta mil euros. -----

Atribuição de um subsídio extraordinário à Associação Recreativa de Danças Sinienses, no montante de três mil euros, para garantir a deslocação dos seus artistas ao campeonato Mundial das Danças de Salão de Hong Kong. -----

Participação com o Agrupamento Vertical numa candidatura designada "Escola de todos para todos", no âmbito do POPH – Programa Operacional de Potencial Humano, no montante de 721 mil euros. -----

Colaboração com a Associação "A Gralha" de Porto Covo, para apresentação da candidatura como parceiros para o novo Centro de Dia, no montante de cerca de quatrocentos e oitenta e seis mil euros. -----

Senhor Deputado João Mexa, interveio referindo que como o Senhor Doutor Manuel Coelho se diz progressista, deixa uma recomendação à Câmara Municipal para que futuramente seja dada voz à oposição em todas as iniciativas da sua responsabilidade -----

Senhor Deputado Micael Raposo, relativamente à informação financeira mostra-se preocupado pelo endividamento e atendendo ser ano de eleições receia que exista um acréscimo significativo do endividamento a curto prazo, nomeadamente com fornecedores. Solicita ainda esclarecimentos sobre o acréscimo de trinta e cinco por cento, relativamente a 31.12.08 e resultante de processos em contencioso. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, interveio referindo que atendendo que a força política que ganhou as eleições em 2005 já não é a mesma, faz todo o sentido a intervenção do Deputado João Mexa, sobre a participação de todas as forças políticas nas iniciativas da Câmara Municipal. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines, dirigindo-se ao Senhor Deputado João Mexa, faz uma observação, referindo que já não é a primeira vez quando se dirige à sua pessoa, trata-o por Doutor Manuel Coelho e não por Presidente da Câmara Municipal de Sines. Salaria que considera este tratamento uma incoerência, porque é o legítimo Presidente da Câmara Municipal de Sines e é nessa condição que está presente na reunião da Assembleia Municipal. -----

Ainda sobre a intervenção do Senhor Deputado Mexa, refere que é assumidamente progressista, não necessitando certificados de ninguém. Relativamente à preocupação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária
29-04-09

referido Deputado, assim como do Presidente da Assembleia Municipal, refere que podem estar tranquilos, porque o executivo da Câmara Municipal de Sines é democrático e transparente. -----

Sobre a preocupação do Senhor Deputado Micael Raposo, relativamente ao endividamento, refere que a Senhora Vereadora irá responder. -----

Senhora Vereadora Carmem Francisco, relativamente à preocupação do endividamento, esclarece que a Câmara Municipal comunga da mesma preocupação, porém se houver necessidade de recorrer a empréstimos para investimentos irá fazê-lo. -----

Relativamente ao aumento das facturas, explica que o mesmo decorre, não de novas facturas, mas sim da existência de um conjunto de facturas que não tinham sido devolvidas, nem estavam devidamente registadas, por via de um processo contencioso com as Águas de Santo André e com a Siságua. Salienta que os processos estão a decorrer e enquanto não houver indicações que a Câmara Municipal deva assumir e pagar, ou se as facturas devem ser devolvidas, elas estão nessa conta, porém não correspondem a novas despesas. -----

Não havendo mais intervenções passou-se ao ponto nº.2 da Ordem de Trabalhos: -----

Ponto Nº. 2 – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas - Conta de Gerência e respectivo Relatório de Actividades da Câmara Municipal de Sines, referentes ao ano de 2008, assim como a apreciação do Balanço Social, relativo a 2008, nos termos do Nº. 2 do Artº. 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº. 5 – A/2002 de 11 de Janeiro. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, procedeu à explicação do ponto, referindo que 2008, foi um ano extraordinário a nível de trabalho e de resultados. Foi um ano de planeamento estratégico, nomeadamente a revisão do Plano Director Municipal, realização de um Plano para a Indústria e Logística já em vigor, a entrada em vigor do Plano de Urbanização de Sines e Porto Covo. -----

Prossegue referindo as seguintes negociações: -----

Negociações com a Administração do Porto de Sines para permuta de terrenos e delimitações de áreas de jurisdição, tendo a Câmara Municipal nessas negociações assumido a posse e gestão da Avenida Vasco da Gama.

Negociações com as Estradas de Portugal e com o Ministério dos Transportes para a desclassificação do troço da via rápida em Avenida. -----

Negociações com a Presidente da Administração Regional de Saúde do Alentejo para construção do Centro de Saúde, em que a Câmara Municipal disponibiliza o terreno, participa e comparticipa nas questões ligadas ao projecto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

29-04-09

Relativamente às candidaturas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional informa que estão contratualizados até ao momento seis milhões e seiscentos mil euros, para a construção de duas escolas, estrada de Porto Covo, estações elevatórias e modernização administrativa. -----

Salienta que o projecto do complexo Desportivo encontra-se concluído e brevemente será lançado concurso com o apoio da GALP, no montante de seis milhões de euros. Informa que foi efectuada candidatura para a Regeneração Urbana, no montante de dez milhões de euros. -----

Refere que o problema dos esgotos em Sines também se encontra solucionado, não existindo presentemente qualquer esgoto para o mar. As obras do Artº. 47º. Em Porto Covo estão concluídas, assim como as obras do Tecnopólo e a qualificação da rua de Santa Catarina, em Sines. -----

Senhora Vereador Carmem Francisco, relativamente às questões colocadas, refere que estão presentes na sala a Técnica da Câmara Municipal, Carla Palminha, assim como a Dr. Rosário Carvalho em representação da Sociedade Revisora Oficial de Contas, que a Assembleia Municipal deliberou contratar para a certificação das contas de 2008, para eventuais esclarecimentos. -----

Fazendo a apresentação do ponto, salienta que as contas foram apresentadas dentro do prazo legal, aprovadas pela Câmara Municipal e certificadas pela Sociedade Portuguesa dos Oficiais de Contas e que por um desencontro dos serviços o relatório da Sociedade atrás referida, não foi entregue atempadamente aos senhores deputados, o que lamenta, porque considera ser um documento importante para quem tem de tomar decisões responsáveis. -----

Prossegue apontando os aspectos negativos apresentados no relatório, designadamente a ausência de uma contabilidade de custos que não é exclusivo do município de Sines, assim como o não respeito pelo princípio de especialização do exercício ao nível do registo de facturas e dívidas a terceiros. Informa que estas questões estão a ser melhoradas pela Autarquia, sendo a segunda questão de resolução mais difícil na prática. Refere que a contabilidade de custos constava do Plano de Actividades de 2008 e consta neste momento do Plano de Actividades para 2009, como parcialmente concluído. Trata-se de um projecto que a Câmara Municipal protocolou com o Instituto Superior Técnico, o qual teve vicissitudes ao longo do ano de 2008 que impediram que o projecto fosse concluído, tal como era esperado. -----

Salienta que uma das razões que levou o projecto a parar no tempo foi quando este dependeu quase exclusivamente do Pelouro da Área da Gestão Financeira, não por responsabilidade dos técnicos, mas por boicote do Senhor Vereador Albino Roque que impediu que o projecto tivesse sido implementado no tempo concreto. Frisa que o que referiu está documentado, pelo que qualquer dúvida poderá ser devidamente provada. -----

Lamenta que o Senhor Vereador Albino Roque mais uma vez não esteja presente, para apresentação das contas que são da sua responsabilidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

29-04-09

Refere que as contas apresentam um saldo positivo, ainda que menor do que aquele que se verificou em 2007. Registou-se uma diminuição das receitas com impostos directos, o que denota que o Município de Sines, não tinha grande espaço para redução das taxas do IMI e IRT, assim como de derrama aplicada, nem dispensar a participação no IRS arrecadado do Estado. Informa ainda que a participação do IRS em 2008, foi de quatrocentos oitenta e quatro mil duzentos e quarenta euros e que não chega para cumprir as despesas que a Câmara Municipal tem ao nível do 1.º Ciclo e Pré-escolar, que o fundo social municipal deveria cobrar e não o faz. Prossegue referindo que existe um défice de quinhentos mil euros. Explica que é um valor que a Câmara investe e que não é coberto por esse fundo social municipal. -----

Ao nível dos impostos indirectos registou-se um aumento de cerca de dois milhões de euros que corresponde a uma situação pontual, nomeadamente o pagamento de compensações pela não realização de estacionamento, espaços verdes e equipamentos em loteamentos da AICEP-Global Parques, uma vez que não faz sentido disponibilizar estas áreas em zonas industriais. -----

Salienta que o investimento municipal, no sentido contabilístico do termo manteve-se em níveis semelhantes aos anos anteriores, embora se tenha registado um aumento em 2007, por via da aquisição dos 124 fogos. Sublinhou o peso das transferências do orçamento de Estado e dos fundos comunitários relativamente baixo para investimento municipal. Refere que as despesas com pessoal são consideradas para efeitos dos limites legais e mantiveram-se com valores idênticos a 2008, estando abaixo dos limites legais. Refere que este ano foi incluído pela primeira vez e atendendo à sugestão da revisora oficial de contas informação relativa ao balanço social do ano de 2008, uma vez que as despesas com pessoal representam também um investimento em emprego e um investimento em pessoas. Salienta que para colmatar as necessidades de recursos humanos em 2008, houve um recurso a entradas no quadro em detrimento de novos contratos a prazo, tendo-se registado um aumento de licenciados no quadro que contribuirá para a qualidade de trabalho prestado à autarquia. -----

Refere que existe um aumento do grau de liquidez, apesar de todas as dificuldades registou-se uma diminuição nas dívidas a curto prazo, que será melhorada com o recurso ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado que se encontra no Tribunal de Contas para visto e num prazo de um mês deverá estar disponível para se proceder ao pagamento de cerca de onze milhões de euros de dívidas de curto prazo em dívida. -----

Relativamente ao endividamento existe uma diminuição, quer a curto prazo, quer a médio e longo prazo. Foi cumprida a necessidade legal que existia em 2008 de reduzir em 10% o endividamento líquido, porque tinha havido uma ligeira ultrapassagem daquilo que era o limite de endividamento. -----

Salienta que o Relatório com um ano de atraso foi hoje entregue à Assembleia Municipal. Frisa que ela própria não tinha conhecimento do relatório em causa, porque não constava no processo. Foi solicitado ao anterior detentor do Pelouro, Senhor Vereador Albino Roque, que lamenta não estar presente, mas não chegou a ser entregue, havendo a necessidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

29-04-09

de ser solicitada uma segunda via à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, estando neste momento já em posse da Assembleia Municipal. -----

Salienta que registou-se uma melhoria substancial na contabilização da dívida de terceiros, ainda que se mantenha a necessidade de proceder à facturação de outros serviços municipais para além da água. Sublinha que o peso da dívida do Estado à Câmara Municipal é de 65%. -----

Refere ainda um factor de orgulho para os serviços de gestão financeira, nomeadamente a melhoria contínua dos serviços. Foi editado o Anuário Financeiro das Autarquias em 2007, que tece bastantes aspectos negativos sobre as finanças do município, mas colocou Sines na segunda posição das Autarquias com maior grau de implementação do POCALI, sendo a única autarquia de pequena dimensão nesta posição, o que considera muito importante.

De acordo com sugestões da Revisora Oficial de Contas registou-se também uma melhoria nos procedimentos dos serviços de gestão financeira em colaboração com os restantes serviços municipais, designadamente ao nível do aprovisionamento e do património, através da melhoria do controlo interno, quanto aos montantes arrecadados em cada posto de cobrança, assim como novos procedimentos com os fundos de maneiio, o que se reflectiu positivamente nas contas da autarquia. -----

Finaliza sublinhando o trabalho realizado pelo Serviço de Gestão Financeira e a atitude sempre construtiva da Revisora Oficial de Contas que não se limitou nunca a apontar o que está mal feito, mas sempre apontou sugestões de melhoria. -----

Senhor Deputado Fernando Ramos, atendendo à explicação da Senhora Vereadora, refere que houve uma trapalhada descomunal na gestão da C.D.U., afirmando que existe uma ausência de credibilidade no orçamento. -----

Salienta que a situação financeira continua a ser preocupante devido ao endividamento e aos encargos financeiros. Sublinha que as despesas com artigos de oferta subiram bastante, bem como as comunicações, honorários com trabalhadores independentes, assim como despesas com prestações de serviço por trabalhos especializados e como órgão fiscalizador irão estar atentos à evolução das contas durante o ano de 2009. No balanço social registou-se um aumento nas qualificações dos trabalhadores, o que considera positivo. -----

A titulo de resumo refere que a bancada do Partido Socialista constata que o município de Sines apresenta uma fraca imagem do que é possível realizar em termos de gestão visível, não sendo certamente esse o caminho certo para o seu desenvolvimento, uma vez que considera ser possível fazer muito melhor e é por tudo isso que irão votar contra. -----

Senhor Deputado Hélder Guerreiro, relativamente à intervenção da Senhora Vereadora Carmém Francisco, refere que não é de bom tom fazer acusações a alguém que não está presente, designadamente ao Senhor Vereador Albino Roque. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

29-04-09

Refere ainda que pertence à Comissão de Trabalhadores da GALP e que está surpreendido pela forma como o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines defende a sua empresa, pelo que irá propor na próxima reunião com o Sr. Engenheiro Manuel Ferreira de Oliveira a atribuição de um pin de ouro ao Senhor Presidente da Câmara, pela forma diligente que defende a imagem da empresa. -----

Senhor Deputado Micael Raposo, refere que existe uma falha gravíssima, designadamente o resultado da auditoria anexada à prestação de contas, a qual já tinha sido solicitada e continua a não constar. -----

Relativamente à conta de gerência continua a não existir uma gestão eficaz. Relativamente ao endividamento para a construção das escolas, salienta que na sua óptica não será necessário endividamento para a realização das mesmas, uma vez que a Petrogal vai financiar a Câmara Municipal, num montante de seis milhões de euros. Este valor em termos de candidaturas permite investimentos na ordem dos dezoito milhões de euros, pelo que será uma questão de prioridades e se for considerado os Planos Escolares uma prioridade, não é necessário recorrer ao endividamento. -----

Sobre o Balanço e mais precisamente nas dívidas a terceiros a curto prazo, correspondente ao campo 218 – “clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa”, solicita esclarecimento para o valor de 730 mil euros. -----

Senhor Deputado João Damas, relativamente à intervenção da Senhora Vereadora Carmem, refere que efectivamente é verdade que o Senhor Vereador Albino Roque, não se encontra presente na sala, porém gostaria de ressaltar algumas questões, nomeadamente a colocação em causa do trabalho do Senhor Vereador, porém em rodapé final vai servir-se do relatório dos Técnicos Oficiais de contas e no que concerne à classificação atribuída de zero a vinte, a Câmara Municipal obteve dezoito valores. Crê que esta classificação reporta-se ao modo de apresentação, clareza e transparência dos relatórios e contas que são apresentados pelas Câmaras Municipais, mas a Senhora Vereadora esqueceu-se que esse mesmo relatório reportava-se a 2007, ano em que o Vereador Albino era responsável pelas contas. -----

Frisa que existe uma entidade supra externa à Câmara Municipal que é considerada competente e até relevou um aspecto positivo do trabalho do Vereador Albino, pelo que existe uma certa contradição entre aquilo que a Senhora Vereadora Carmem Francisco alega com suposições e subentendidos e aquilo que são dados concretos no relatório dos Revisores Oficiais de Contas. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Refere que de 2003 a 2008 nunca houve tanto investimento estruturante em Sines e foi por via disso que se registou um agravamento financeiro. -----

Afirma que o endividamento é por via de investimentos de capital e se a Câmara Municipal tivesse conseguido cumprir o que estava em Plano, nomeadamente a alienação de património, no montante de 15 milhões de euros, a situação seria outra. A estratégia passava por vender património improdutivo, por património construído, mas como a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

29-04-09

Câmara Municipal não quis vender ao desbarato, este continua a ser um activo que irá render para quem estiver a gerir a Câmara Municipal. Afirma que não se trata de uma situação crítica, sob o ponto de vista económico, porque a Câmara Municipal tem património, existe sim uma situação difícil, sob o ponto de vista financeiro. -----

Existe uma dívida de cerca de 23 milhões de euros, dos quais a dívida a longo prazo tem decrescido progressivamente. -----

Salienta que o Senhor Deputado Fernando Ramos referiu que existia uma falta de rigor, o que não é verdadeiro, existe sim um esforço de rigor e uma situação difícil de lidar para equilibrar o orçamento, contudo acredita que com o PRED – Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas, a Câmara Municipal vai pagar o grosso da dívida aos fornecedores. -----

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Hélder, refere que está habituado ao génio do Senhor Deputado e às suas idiotices que lhe ficam mal. Considera ofensiva a intervenção em causa, na medida que leva a crer que o Presidente da Câmara está conivente com a GALP. Esclarece que a sua posição como Presidente é muito clara e que pretende ter uma boa relação com todas as empresas e instituições que ajam de boa fé, inclusivé com a GALP. -----

Afirma que a cultura do Presidente da Câmara Municipal é de defender o desenvolvimento de Sines e atrair investimentos positivos e produtivos, mantendo uma boa relação com as empresas. Frisa que está à vontade, de mãos livres e de cabeça erguida para confrontar as empresas quando entender que estas estão a prejudicar o município. -----

Senhora Vereadora Carmém Francisco, relativamente aos empréstimos e ao protocolo assinado com a GALP, esclarece que o referido protocolo tem um determinado objectivo, pelo que tem que ser cumprido, não havendo lugar a escolhas. -----

Sobre o POCALI, refere que fez questão de dizer que o relatório se referia ao ano de 2007 e dizer também que era orgulho dos serviços, porque o cumprimento, ou não do POCALI é essencialmente uma virtude, ou trabalho dos técnicos municipais. Salienta ainda que será muito estranho atribuir o mérito ao Vereador Albino Roque por essa classificação, porque ele nem sequer sabia que os serviços da Câmara Municipal eram tão competentes na aplicação do POCALI, uma vez que contratou prestação de serviços para formação, no valor de 250 mil euros, para dar formação aos técnicos, mas como era uma despesa desnecessário o processo foi anulado. -----

Dra. Carla Palminha – Técnica da Câmara Municipal, Explica que como a Vereadora já referiu houve uma preocupação de constituir stocks e possivelmente o que está em causa foi uma necessidade do serviço de divulgação e imagem em constituir um stock que permitisse à Câmara Municipal em acções de representação colocar material promocional do município, porque antes não existia stocks de artigos para oferta. -----

Dra. Rosário – Revisora Oficial de Contas, Relativamente às dúvidas levantadas sobre a conta 218, explica que os valores são provisionados, pelo que só no ano corrente é que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

29-04-09

aparece o valor em dívida e o valor que foi provisionado, dando ao activo liquido um valor zero. -----

Salienta que o total das dívidas de cobrança duvidosa relativa a 2007 ascendia a 640 mil euros. O aumento para 2008 traduz-se em 90 mil euros de valores, os quais não foram arrecadados nos tempos apropriados e de acordo com a normativa do POCALI uma dívida com mais de 6 meses é considerado zero. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondendo ao Senhor Deputado Fernando Ramos, sobre o aumento de honorários de prestação de serviços, esclarece que foi um ano excepcional e por via disso, houve necessidade de pagar equipas para a revisão do Plano Director Municipal, para a elaboração do Plano Industrial e para as candidaturas que requerem processos extremamente complexos. Salienta que existe uma contratualização com a equipa "Augusto Mateus", sendo por via disso que se registou um aumento significativo de honorários, mas que resultarão em benefícios para o município. -----

Senhor Deputado Hélder Guerreiro, Frisa que a posição da Senhora Vereadora em persistir no processo de intenção relativamente ao Sr. Vereador Albino, quando refere que este nem tinha consciência da competência dos serviços, considera que a mesma lhe fica mal e não é séria. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Não havendo mais intervenções, foi a Conta de Gerência e respectivo Relatório de Actividades da Câmara Municipal de Sines, referentes ao ano de 2008, assim como a apreciação do Balanço Social relativo a 2008, nos termos do nº 2 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº. 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, colocada à votação, sendo a mesma rejeitada por maioria, com o seguinte resultado: -----

C.D.U: 9 votos contra. -----

PS.: 8 votos contra. -----

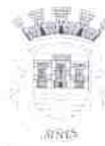
C.D.U.: 3 votos a favor. -----

P.S.D.: 2 abstenções. -----

Membro Independente: 1 abstenção. -----

Declarações de Voto: -----

Senhor Deputado Ferreira Costa, Refere que a sua declaração de voto é relativa à posição da bancada da C.D.U., porque até o dia 29 de Janeiro de 2009, o Senhor Vereador Albino Roque era o gestor financeiro da Câmara e responsável pela gestão até 2008 e que este partido pretendeu elogiar, condenando até algumas considerações menos positivas proferidas pela Vereadora Carmem Francisco. Salienta ainda que a C.D.U. completa e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

29-04-09

eleita em 2005 é responsável pela gestão financeira até 2008, pelo que considera anedótico e desprovido de sentido a sua posição ao votarem contra eles próprios. -----

Senhor Deputado Rui Penas, Refere que o que o moveu para estar na política foi a vontade de fazer alguma coisa pela terra que o viu nascer, daí a sua solidariedade com o voto da bancada da C.D.U., esclarecendo que no momento é um militante base, um homem simples e pouco interessado em questões de política, estando apenas a representar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sines. -----

Relativamente ao seu voto contra esclarece que o mesmo tem a ver com a Junta de Freguesia. Prossegue referindo que efectivamente até poderá ser anedótico estar a votar contra aquilo que foi aprovado antes, mas o que é certo é que existe um afastamento do presente executivo para com a bancada da C.D.U. e se existe um afastamento com o projecto e a força política que o elegeu, obviamente que não poderá estar de acordo. -----

Salienta que não se demite de toda a obra que o Senhor Presidente e executivo reclama para si, porque também faz parte dessa obra, apenas se demite das posições que levam ao afastamento do executivo até agora C.D.U. e neste momento independente. Frisa que não considera que o executivo presente seja mais ou menos honesto, por ter assumido uma posição independente, considera sim, que não tem sido a forma mais correcta do presente executivo lidar com a Junta de Freguesia de Sines. Afirma que não acredita na descentralização da democracia quando uma Câmara Municipal, não delega competências numa Junta de Freguesia em sede de município, é nesse sentido que vai o seu voto. -----

Recorda que o Senhor Presidente da Câmara numa reunião entre o executivo da Junta e Câmara lhe disse que em política não há amigos, porém ele fez muitos e habituou-se a saber reconhecer as pessoas pelo seu trabalho e empenhamento. Refere que não deixou de gostar mais do Senhor Presidente da Câmara, ou não reconhecer o trabalho realizado, porque este o ofendeu enquanto militante do Partido Comunista Português, porém como acredita que sozinho não poderá fazer alguma coisa, coloca-se ao lado do partido que o elegeu. -----

Finaliza afirmando que o Sr. Presidente da Câmara numa reunião com um Clube, proferiu o seguinte: "A Junta de Freguesia e o seu Presidente servem para o quê?" ao que responde: "Como não servem para nada na democracia do concelho de Sines, servem para votar contra a prestação de contas". -----

Senhor Deputado Martinho Pinho, Procedeu à leitura da declaração de voto da bancada da C.D.U., a qual irá ficar apensa à acta e passa a transcrever-se: -----

"Nos termos do nº. 2 alínea c) do artº. 53º da Lei 5-A/2002 que atribui à Assembleia Municipal a competência de apreciar e votar os documentos de prestação de contas de 2008, o Grupo Municipal da CDU, vota contra tais documentos pelas seguintes razões: ---

1. Em Matéria de Educação e Cultura. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

29-04-09

1.1. Entendemos que a assinatura do Contrato de Execução entre a Câmara Municipal de Sines e o Ministério de Educação, em que o Município de Sines assume plenas responsabilidades na gestão do pessoal não docente das escolas básicas e pré-escolar, na gestão do Parque Escolar – 2º e 3º ciclos do ensino básico e nas actividades de enriquecimento curricular no 1º. Ciclo do ensino básico, constituiu um erro grave, pois não são mais que o assumir pelo Município de Sines de responsabilidade que pertence ao Ministério de Educação. -----

1.2. A exposição "O século XX em Sines, Uma Geografia de Memória", que trouxe a Sines António Martins antigo director do GAS (1971-1975), constituiu uma provocação a Sines e à memória de todos os anti-fascistas Sinienses. -----

1.3. A extinção da secular Feira de Agosto em Sines, no ano passado. Feira associada à Padroeira Siniense Nossa Senhora das Salvas, constituiu um grave atentado à memória de todos os Sinienses e a sua substituição por uma dita "Feira" na Avenida Vasco da Gama, não faz esquecer a total ausência de esforços da autarquia para a revitalização da festa tradicional de Agosto da cidade de Sines. -----

2. Ambiente – GISA – Gestão Integrada da Saúde e do Ambiente -----
Aquele que era o projecto emblemático da autarquia, (GISA) cujo protocolo foi assinado dia 14-12-2007, entre a CMS, a CCDR e mais 21 entidades ficou no silêncio durante todo o ano de 2008, à excepção do seminário de 28.04.08, já passou mais de um ano. -----

3. Saúde -----
A defesa da população siniense no campo da saúde é uma omissão grave nas actividades de 2008, designadamente em relação ao Centro de Saúde de Sines (edifício e recursos humanos). Nada digno de registo terá sido feito em 2008, perante o problema mais grave que afecta todos os sinienses. -----

4. Medalhas de Mérito Municipal -----
A tentativa de invasão das competências próprias da Junta de Freguesia de Sines, ao propor a atribuição de uma Medalha de Mérito Municipal ao ATL- "A Gaiivota", um serviço da Junta de Freguesia, sem o consentimento desta, constituiu uma grave intromissão na esfera das competências daquela autarquia siniense, directamente eleita pelo povo de Sines. -----

5. Delegação de competências na Junta de Freguesia de Sines -----
Apesar das múltiplas insistências da Junta de Freguesia de Sines para a elaboração de protocolo sobre a matéria em epígrafe, o ano de 2008 ainda não concretizou tal obrigação legal, cuja autorização compete à Assembleia Municipal. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dado o adiantado da hora, e só ainda se terem analisado dois pontos da ordem de trabalhos, questiona os senhores deputados se pretendem continuar ou terminar por aqui, tendo ficado acordado reunir na próxima Terça-Feira, dia 05 de Maio, para se analisarem os restantes pontos da Ordem de Trabalhos. Assim sendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da Sessão eram 0.50 horas do dia 30 de Abril do ano de dois mil e nove. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária

29-04-09

Dos trabalhos desta sessão e para que conste, foi elaborada a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia que a subscreveu.-----

Sines, 30 de Abril de 2009.-----

O Presidente da Assembleia

Francisco Maria Pereira do Ó Pacheco

O 1º Secretário

Carlos Alberto do Carmo Costa Espadinha

O 2º Secretário

José Eduardo Félix da Costa

Moção

Aprovada na reunião
votos a favor - CDU. 17
votos contra - PS / PSD. 10
14/4 - 1

Aproxima-se mais um 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador. Em Sines, terra com fortes tradições de lutas operárias fazemos hoje a sua evocação e de todos aqueles activistas que deram o melhor de si pelo avanço progressista da História e nos lembram que a resistência à opressão e a luta por melhores condições de vida, continua a ser um acto inteiro e imprescindível.

Vivemos tempos difíceis, o sistema capitalista enfrenta porventura a maior crise de sempre e como uma besta acossada no seu reduto cada vez mais exíguo vai-se debatendo, esperneando e investindo às cegas.

A vaga de desemprego e miséria que varre o País é culpa de um modelo de desenvolvimento ultrapassado e caduco que este governo na senda dos que o antecederam apoia e incentiva. Se por um lado, os trabalhadores são empurrados para o desemprego, por outro, assistimos à injeção de milhões e mais milhões nos grandes grupos económicos, com especial incidência na banca, que coitados estão a sofrer reduções nos seus lucros fabulosos não podendo com isso garantir os principescos ordenados dos seus gestores.

Neste quadro o Governo Português desdobra-se em iniciativas para estimular a confiança dos investidores e muitas outras com santos objectivos, porém, todos sentimos que este, como todos os que o antecederam nos 35 anos da nossa democracia, mais não fizeram do que contribuir para a destruição do aparelho produtivo do país em troco de um punhado de moedas, esquecendo quem trabalha. Privatizaram e continuam a privatizar os sectores estratégicos da economia, a saúde a educação, a segurança social. Aprovaram códigos laborais para precarizar mais as relações de trabalho e fazer pende-las sempre mais para o lado do patrão subjugando cada vez mais quem trabalha.

A realidade desvenda a situação de calamidade a que estas políticas nos conduziram e é a própria realidade que exige uma mudança efectiva no rumo do país e do mundo e não apenas de alguma coisa para que tudo o resto fique na mesma como pretende o Governo PS/Sócrates.

O primeiro de Maio será mais um dia de festa e luta contra a exploração, contra a opressão honrando os corticeiros, os pescadores e o Povo de Sines que em boa hora lutou e lutará. A memória dá-nos essencialmente o sentimento do que somos e por isso recordamos, sem esquecer aqueles que também hoje lutam em condições difíceis por um objectivo sempre conseguido e sempre distante: a melhoria de condições de vida.

Honra seja feita aos trabalhadores e aos delegados e dirigentes sindicais que apesar de tudo resistem, e resistir... é já vencer.

É pois com o sentimento, que sim é possível, uma sociedade mais justa e mais humana, que a bancada da CDU sauda os trabalhadores e as suas organizações representativas, apelando à participação de todos nas comemorações do 1º de Maio que irão ocorrer no nosso concelho.

Sines, 29 de Abril de 2009

Declaração sobre: Clube Desportivo e recreativo de Porto Covo

“Os mais idosos sabem que desde 1974/75/76, onde o primado daquilo que era o sentimento social, moral e ético se sobrepunha às leis e aos regulamentos. Mais tarde passou-se a ter uma nacionalidade (?) democrática, evoluída, onde os regulamentos se impõem às vontades pessoais. **A lei deve ser um aliado daquilo que é bom para a sociedade onde estamos integrados.**”

A mesa da Assembleia Municipal, o Presidente da Mesa e a Assembleia Municipal, não se refugiam no seu regimento, no seu regulamento e nas leis para justificar a sua actuação, **fazem-no porque a tanto são democraticamente obrigados”**

Acabei de citar declarações do Sr. Presidente da Assembleia Municipal a propósito da minha declaração de voto sobre a não atribuição da Medalha de Mérito Municipal ao ATL, como se pode verificar da acta da reunião de 20.11.08, que foi presente a esta assembleia para aprovação.

Ora, no caso que estamos a apreciar e no que respeita, tanto à forma como dirigiu os trabalhos , como às propostas apresentadas na Assembleia Municipal realizada em Porto Covo, dia 9 de Março de 2009, quando ainda não tinham passado sequer três meses sobre a data anterior, até parece que mudamos de Presidente da Assembleia Municipal!

Senão vejamos:

1. Convoca uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal para :“apreciação e discussão da situação do Clube Desportivo e Recreativo de Porto Covo, face ao despacho de 6 de Fevereiro de 2009, do Presidente da Câmara Municipal de Sines”, sem previamente ter a preocupação de ouvir a posição e argumentos da Câmara Municipal, como a lealdade entre órgãos e o dever de colaboração exigiam.



2. Dirige os trabalho de uma forma , que posso designar de “populista”, objectivamente procurando desde logo posicionar-se num alinhamento com os Dirigentes do Clube e de afrontamento à Câmara Municipal, particularmente ao seu Presidente.
3. Apresenta para deliberação da Assembleia Municipal, uma proposta sem base legal de sustentação, também objectivamente dirigida contra a C.M.S. e o seu Presidente, dado que tinha como objectivo anular um despacho do Presidente da Câmara.

Ora, quanto a mim o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, por toda a sua experiencia como Autarca, particularmente pela sua longa carreira como Presidente da Câmara, que acompanhei e apoiei, e seguindo aliás as directivas que referiu na reunião de 20.11.2008, deveria ter uma posição mais consentânea com as leis, particularmente as que regem os poderes da Administração Pública , assim como a defesa do interesse público.

Parece-me que não o teve, sobretudo na apresentação da proposta que apresentou para discussão e aprovação na referida Assembleia de Porto Covo. Logo, porque apresenta para aprovação uma proposta de deliberação, induzindo todos os Deputados Municipais da sua legalidade e logo da sua competência em aprová-la, mas também porque querendo ir de encontro ao que os Dirigentes do Clube Desportivo e os Munícipes de Porto Covo presentes pretendiam, convencendo-os também de que a Assembleia Municipal ao aprovar aquela deliberação iria obrigar a Câmara a suspendê-la.

Mas também , e quanto a mim, mais grave ainda, é sua posição de concordar e defender que a CMS deve reconhecer a propriedade dos terrenos ao Clube, sem cuidar do interesse público, pois sendo estes terrenos do domínio público Municipal, sabe que nem a Câmara nem a Assembleia Municipal, alguma vez deliberaram nesse sentido.





Também não deveria ter proposto a realização de uma reunião entre o Clube e a Câmara, sabendo antes, que o Clube tinha intentado uma acção contra a mesma, pelo que, logicamente, não deveria realizar-se qualquer reunião nessa situação.

Constato assim que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, utiliza dois pesos e duas medidas para interpretar a Lei. Um, de rigor e respeito pela mesma, quando pretende recusar aprovação a propostas da Câmara Municipal (vide caso do ATL) ; outra , mais populista(**como se estivesse em 1974/75-utilizando as suas palavras**)para fazer aprovar posições contra deliberações da mesma Câmara e contrárias à lei.

Constato também que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal manteve uma posição de apoio À CMS, nomeadamente na defesa e aprovação do PU de Porto Covo em vigor e que a partir de Fevereiro de 2009 mudou de posição e actuação, colocando-se contra a Câmara e ao lado de quem parece querer apenas usurpar património do Município.

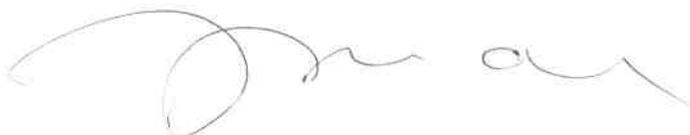
Francamente Sr. Presidente e Srs. Deputados, pensava que já não iria assistir a comportamentos destes.

A posição recente em lados opostos no campo eleitoral, não justifica, violação das leis, nem iniciativas populistas, talvez com objectivos eleitorais que o Sr. Preside da Assembleia vem assumindo, com especial destaque para esta, que justificou a minha intervenção.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Sines, 29 de Abril de 2009

O Deputado Municipal – Ferreira Costa





[Handwritten signature]
5
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

GRUPO CDU

Declaração de Voto – Sobre Documentos de Prestação de Contas de 2008

Nos termos do nº. 2, alínea c) do artº 53º da Lei 5-A/2002 que atribui à Assembleia Municipal a competência de apreciar e votar os documentos de prestação de contas de 2008, o Grupo Municipal da CDU, vota contra tais documentos pelas seguintes razões:

1. **Em matéria de Educação e Cultura**
 - 1.1. Entendemos que a assinatura do Contrato de Execução entre a Câmara Municipal de Sines e o Ministério de Educação, em que o Município de Sines assume plenas responsabilidades na gestão do pessoal não docente das escolas básicas e pré-escolar, na gestão do Parque Escolar ~~em~~ 2º e 3º ciclos do ensino básico e nas actividades de enriquecimento curricular no 1º. ciclo do ensino básico, constituiu um erro grave, pois não são mais que o assumir pelo Município de Sines de responsabilidade que pertence ao Ministério de Educação.
 - 1.2. A exposição “O século XX em Sines, Uma Geografia de Memória”, que trouxe até Sines António Martins antigo director do GAS (1971-1975, constituiu uma provocação a Sines e à memória de todos os anti-fascistas Sinienses.
 - 1.3. A extinção da secular Feira de Agosto em Sines, no ano passado, Feira associada à Padroeira Siniense Nossa Senhora das Salvas, constituiu um grave atentado à memória de todos os Sinienses e a sua substituição por uma dita “Feira” na Avenida Vasco da Gama, não faz esquecer a total ausência de esforços da autarquia para revitalização da festa tradicional de Agosto da cidade de Sines.

2. **Ambiente – GISA – Gestão Integrada da Saúde e do Ambiente**

Aquele que era o projecto emblemático da autarquia, (GISA) cujo protocolo foi assinado dia 14-12-2007, entre a CMS, a CCDRA e mais 21 entidades ficou no silêncio durante todo o ano de 2008, à excepção do seminário de 28.04.08, já passou mais de um ano.

3. **Saúde**

A defesa da população siniense no campo da saúde é uma omissão grave nas actividades de 2008, designadamente em relação ao Centro de Saúde de Sines (edifício e recursos humanos). Nada digno de registo terá sido feito em 2008, perante o problema mais grave que afecta todos os sinienses.

4. **Medalhas de Mérito Municipal**

A tentativa de invasão das competências próprias da Junta de Freguesia de Sines, ao propor a atribuição de uma Medalha de Mérito Municipal ao A.T.L. – “A Gaivota”, um serviço da Junta de Freguesia, sem o consentimento desta, constituiu uma grave intromissão na esfera das competências daquela autarquia siniense, directamente eleita pelo povo de Sines.

5. **Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Sines**

Apesar das múltiplas insistências da Junta de Freguesia de Sines para a elaboração de protocolo sobre a matéria em epígrafe, o ano de 2008 ainda não concretizou tal obrigação legal, cuja autorização compete à Assembleia Municipal.

Sines, aos 29 de Abril de 2009

O Grupo Municipal da CDU